

último posto de trabalho ocupado, com relevância para o presente procedimento concursal.

20 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicitada na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

21 — O júri terá a constituição que a seguir se refere, sendo a respectiva Presidente substituída nas suas faltas e ou impedimentos pelo 1.º Vogal Efectivo:

Presidente: Paula Sofia Ricardo Casquinha — Coordenadora do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação;

1.º Vogal efectivo: António Manuel Veiga dos Santos Caldeira — Especialista de Informática do Grau 3, Nível 2;

2.º Vogal efectivo: Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia — Técnico Superior;

1.º Vogal suplente: Henrique José Palma Ramalho — Especialista de Informática do Grau 3, Nível 2;

2.º Vogal suplente: Luís Miguel Coelho Baltazar — Especialista de Informática do Grau 1, Nível 1.

22 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

23 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

31 de Maio de 2011. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

204848112

Aviso n.º 13668/2011

Lista Unitária de Ordenação Final, Procedimento concursal comum na categoria de técnico superior, detentores de licenciatura em Saúde Ambiental

Em cumprimento do disposto no n.ºs 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, faz público que do procedimento concursal em epígrafe, aberto pela Agência Portuguesa do Ambiente, publicitado no *Diário da República* n.º 22, 2.ª série, de 1 de Fevereiro de 2011 (Aviso n.º 3365/2011), na BEP de 02 de Fevereiro de 2011 (Código de Oferta n.º 0E201102/0010) e na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, resultou para os candidatos aprovados a seguinte lista unitária de ordenação final:

Inês Oliveira Mateus — 16,45 valores

Faz ainda público que a Lista Unitária de Classificação Final foi homologada por Despacho de 15 de Abril de 2011 do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente.

Da homologação da lista de ordenação final cabe recurso hierárquico ou tutelar de acordo com o que determina o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Mais se faz público que a Lista de Ordenação Final se encontra afixada no placard da sede e na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

27 de Junho de 2011. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeira e Patrimoniais, *Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

204844305

Aviso n.º 13669/2011

Lista Unitária de Ordenação Final, Procedimento concursal comum na categoria de assistente técnico, detentor do 12.º ano ou equivalente

Em cumprimento do disposto no n.ºs 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, faz público que do procedimento concursal em epígrafe, aberto pela Agência Portuguesa do Ambiente, publicitado no *Diário da República* n.º 39, 2.ª série, de 24 de Fevereiro de 2011 (Aviso n.º 5527/2011), pela BEP de 24 de Fevereiro de 2011 (Código de Oferta n.º 0E201102/0303) e na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, resultou para os candidatos aprovados a seguinte lista unitária de ordenação final:

Maria da Graça do Cabo Santos — 12,64 valores

Faz ainda público que a Lista Unitária de Classificação Final foi homologada por Despacho de 30 de Maio de 2011 do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente.

Da homologação da lista de ordenação final cabe recurso hierárquico ou tutelar de acordo com o que determina o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Mais se faz público que a Lista de Ordenação Final se encontra afixada no placard da sede e na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

27 de Junho de 2011. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

204844427

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 13670/2011

Considerando que a Comissão de Acompanhamento (C.A.) da Revisão do Plano Director Municipal de Almeirim, constituída pelo despacho da Vice Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) a que se refere o Aviso n.º 20928 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 25 de Setembro de 2009, se encontra extinta ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 20.º da Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro, foi constituída a nova C.A. da Revisão do Plano Director Municipal de Almeirim, por despacho de 2 de Junho de 2011 da Vice Presidente da CCDRLVT, exarado nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, a qual é presidida pelo representante dessa Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e cuja composição integra um representante das seguintes entidades e serviços:

- i) CCDRLVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- ii) Câmara Municipal de Almeirim;
- iii) Assembleia Municipal de Almeirim;
- iv) ANPC — Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- v) ARH-Tejo — Administração da Região Hidrográfica do Tejo;
- vi) ARSLVT — Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
- vii) DRAPLVT — Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
- viii) DRELVT — Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo;
- ix) DRFLVT — Direcção Regional de Florestas de Lisboa e Vale do Tejo da Autoridade Florestal Nacional;
- x) IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico;
- xi) IGP — Instituto Geográfico e Cadastral;
- xii) IMTT — Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres;
- xiii) INIR — Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias;
- xiv) Turismo de Portugal;
- xv) Câmara Municipal de Cartaxo;
- xvi) Câmara Municipal de Coruche.

27/06/2011. — A Vice-Presidente, *Paula Santana*.

204847765

Aviso n.º 13671/2011

Por despacho de 22 de Junho de 2011 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, exarado nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º e n.º 2 do artigo 22.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, a Comissão Mista de Coordenação da Revisão do Plano Director Municipal de Mação, constituída em 22 de Julho de 2003, foi convertida em Comissão de Acompanhamento, presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja composição integra um representante das seguintes entidades e serviços:

- 1 — CCDRLVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- 2 — Câmara Municipal de Mação;
- 3 — Assembleia Municipal de Mação;
- 4 — ANPC — Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- 5 — ARH-Tejo — Administração da Região Hidrográfica do Tejo;
- 6 — ARSLVT — Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
- 7 — DRAPLVT — Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
- 8 — DRELVT — Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo;

- 9 — DRELVT — Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo;
 10 — DRFLVT — Direcção Regional de Florestas de Lisboa e Vale do Tejo;
 11 — DRFCentro — Direcção Regional de Florestas do Centro;
 12 — IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico;
 13 — IGP — Instituto Geográfico Português;
 14 — IMTT — Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres;
 15 — INIR — Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias;
 16 — Turismo de Portugal;
 17 — Câmara Municipal de Abrantes;
 18 — Câmara Municipal de Gavião;
 19 — Câmara Municipal de Nisa;
 20 — Câmara Municipal de Proença-a-Nova;
 21 — Câmara Municipal de Sardoal.

27/06/2011. — A Vice-Presidente, *Paula Santana*.

204847862

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Despacho n.º 8869/2011

Para os devidos efeitos, determino a publicação do texto da 1.ª Adenda ao protocolo n.º 11/1997, relativo à “comparticipação e apoio em operação de recuperação de largos, de arruamentos e de edifícios adjacentes nos centros históricos de Côja e de Vila Cova de Alva”, anexo ao presente despacho.

21 de Junho de 2011. — A Subdirectora-Geral, *Maria João Botelho*.

Protocolo

Comparticipação e apoio em operação de recuperação de largos, de arruamentos e de edifícios adjacentes nos centros históricos de Côja e de Vila Cova de Alva

Protocolo n.º 11/97

Processo n.º RU/06/01/97-OB

Despacho n.º 23/90, de 6 de Novembro, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território

1.ª Adenda

Em 09 de Maio de 2011, entre o Estado representado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), e a Câmara Municipal de Arganil, é outorgada, de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro e no Despacho n.º 23/90, de 6 de Novembro, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, a presente adenda ao protocolo, celebrado entre as partes em 17 de Dezembro de 1997, integrado na vertente obras do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas.

Nestes termos é celebrada a presente adenda que decorre da necessidade de actualizar o protocolo inicial atenta a reprogramação financeira e temporal da operação, nos termos da informação n.º DSA/85/2011, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, que consubstancia o fundamento para a outorga da presente adenda, a qual foi autorizada por despacho de S. Ex.ª a Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, de 29 de Abril de 2011.

Assim as partes acordam alterar o protocolo inicial nos termos das cláusulas que se seguem:

Cláusula 1.ª

As Cláusulas 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª do protocolo passam a ter a seguinte redacção:

«Cláusula 1.ª

[...]

a) O montante total da participação a atribuir pela DGOTDU corresponderá a 25 % do investimento elegível realizado pela Câmara Municipal, tendo como limite o valor de € 120.864, nos termos a definir entre aquelas entidades, tendo em conta as disponibilidades orçamentais da primeira;

b) O programa da operação objecto do presente protocolo é constituído pelas componentes/acções identificadas no anexo à presente adenda que dela faz parte integrante, não sendo passível de reprogramação física e ou financeira;

c) O período de elegibilidade para a conclusão da realização física e financeira da operação termina em 31 de Dezembro de 2013, não sendo passível de prorrogação;

d) Não são considerados para efeitos de participação, pela DGOTDU, os trabalhos pagos em data posterior à estabelecida na alínea anterior;

e) Não são considerados para efeitos de participação, pela DGOTDU, os trabalhos relativos a novas componentes/acções que à data de apresentação de reprogramação na CCDR se encontrem executados fisicamente (aferidos através dos respectivos autos de medição) e ou financeiramente (atentos os pagamentos efectuados).

Cláusula 2.ª

[...]

a) Sempre que o investimento seja ou venha a ser objecto de outros co-financiamentos, a percentagem de participação incidirá sobre a participação financeira autárquica;

b) A Câmara Municipal obriga-se a informar a DGOTDU e a CCDR, no prazo máximo de 20 dias, após ter tomado conhecimento da aprovação de outros co-financiamentos que originem alteração da estrutura das fontes de financiamento do investimento previsto no presente protocolo.

Cláusula 3.ª

[...]

A DGOTDU considerará o escalonamento definido para o programa da operação, conforme solicitação da Câmara Municipal, que mereceu parecer favorável da CCDR, desde que lhe seja possível encontrar a correspondente contrapartida de verbas.

Cláusula 4.ª

[...]

a) A liquidação de verbas ao abrigo da participação será promovida após apresentação, pela Câmara Municipal, de documentos comprovativos da despesa paga, visados pela CCDR, correspondendo o montante a liquidar a 25 % da despesa elegível efectuada;

b) Quando alguma acção do programa da operação for executada por administração directa, deve a Câmara Municipal organizar um dossier onde consta toda a documentação de suporte comprovativa dos registos contabilísticos, nos termos do Despacho n.º 13 536/98, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;

c) A apresentação de documentos comprovativos da despesa pela Câmara Municipal deverá ter uma periodicidade regular, não devendo decorrer um período superior a 6 meses entre pedidos de participação apresentados à CCDR;

d) A despesa realizada pela Câmara Municipal deverá ser comprovada junto da CCDR no prazo máximo de 6 meses após a data do pagamento, perdendo o direito à respectiva participação se este prazo for excedido, salvo em situações cuja justificação apresentada pela Câmara Municipal seja aceite pela CCDR.

Cláusula 5.ª

[...]

a) A Câmara Municipal perde o direito a qualquer saldo que venha a existir no final de cada ano face ao escalonamento do PIDDAC da DGOTDU em vigor, devendo a DGOTDU considerar os pedidos de liquidação de verbas ao abrigo do escalonamento orçamental do PIDDAC aprovado para um determinado ano desde que o documento comprovativo de despesa, em condições de imediato processamento, seja recebido até 30 de Novembro desse ano;

b) A execução financeira (despesa paga) por parte da Câmara Municipal até 31/12/2011, e comprovada junto da CCDR até 29/06/2012, deverá justificar 50 % do total da participação prevista na alínea a) da Cláusula 1.ª Caso não se verifique esta condição, o protocolo será rescindido imediatamente, cessando o compromisso remanescente por parte da DGOTDU;

c) A Câmara Municipal perde o direito a qualquer saldo da participação que venha a existir no final do período de elegibilidade, definido na alínea c) da cláusula 1.ª, e que não seja justificado, junto da CCDR, até 30 de Junho de 2014.